



## CONGRESSO

# Auxílio de R\$ 600 começa em agosto

Benefício turbinado está previsto na PEC aprovada a toque de caixa pela Câmara. Texto cria série de benesses às vésperas das eleições

» FERNANDA STRICKLAND  
» VICTOR CORREIA

Após tramitação célere e conturbada na Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição 15/2022, chamada de PEC das Bondades, foi aprovada, ontem, em segundo turno, por 469 votos a favor, 17 contra e duas abstenções. O texto aumenta os benefícios sociais a menos de três meses das eleições e é a aposta do governo para tentar elevar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro, que busca a recondução. Agora, a matéria segue para promulgação pelo Congresso.

A PEC determina o aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, a ampliação do vale-gás, um voucher para caminhoneiros de R\$ 1 mil mensais e auxílio-gasolina destinado a taxistas, entre outros benefícios (veja arte). O governo se organiza para pagar os benefícios a partir do mês que vem. O Auxílio Brasil turbinado passará a valer dia 18, enquanto os repasses a caminhoneiros e taxistas e o vale-gás, no dia 1º. Todas as benesses têm validade até dezembro deste ano — por isso, a PEC foi tachada de eleitoreira pela oposição. O custo total é de R\$ 41,2 bilhões.

Apesar das tentativas dos opositores do governo para adiar a votação, retirar do texto o status de **estado de emergência** e tornar permanente o aumento no Auxílio Brasil, a PEC foi aprovada sem alterações em relação à matéria avalizada pelo Senado. Se houvesse mudanças, precisaria passar por nova análise dos senadores, o que atrapalharia os planos do governo.

A votação em primeiro turno ocorreu na terça-feira, com 393 votos a favor e 14 contrários. A sessão, no entanto, acabou suspensa por causa de problemas no sistema eletrônico da Casa. Lira retomou os trabalhos ontem de manhã, mantendo o quórum alcançado no dia anterior, que favorecia o aval à PEC também em segundo turno. Sem a manobra, havia dúvidas se seria possível obter o quórum para votação.

Parlamentares, porém, protestaram, sob o argumento de que a sessão não poderia ser retomada, uma vez que a suspensão durou mais de uma hora. Para isso, usaram o Artigo 70 do regimento da Câmara, segundo o qual “o presidente poderá suspender a sessão por uma única vez, pelo prazo máximo de uma hora, findo o qual considerar-se-á encerrada”.

Lira acatou, mas, em contrapartida, anunciou que a sessão

## As medidas

Veja o que foi aprovado. Os benefícios têm duração prevista até o fim deste ano



Fonte: Agência Senado



### Auxílio Brasil R\$ 26 bilhões

- Acréscimo de R\$ 200 no benefício mensal (de R\$ 400 para R\$ 600)
- Meta: incluir todas as famílias elegíveis (fila “zerada”)
- Parte do valor poderá ser usado para operacionalização do benefício
- Será vedado o uso em publicidade institucional



### Auxílio Gás dos Brasileiros (vale-gás de cozinha) R\$ 1,05 bilhão

- Parcela extra bimestral no valor de 50% do valor médio do botijão de 13kg
- Parte do valor poderá ser usado para operacionalização do benefício
- Será vedado o uso em publicidade institucional



### Auxílio para caminhoneiros R\$ 5,4 bilhões

- Voucher de R\$ 1 mil mensais para cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC)
- Será concedido para transportadores autônomos, independentemente do número de veículos que eles possuírem
- Não será preciso comprovar a compra de óleo diesel no período de recebimento



### Auxílio para taxistas R\$ 2 bilhões

- Benefício para profissionais cadastrados como motoristas de táxi
- Serão contemplados aqueles cadastrados até 31 de maio de 2022, mediante apresentação do documento de permissão
- A formação do cadastro e o modo de pagamento ainda serão regulamentados



### Gratuidade para idosos R\$ 2,5 bilhões

- Transferência para estados e municípios destinada a custear a gratuidade no transporte público para cidadãos acima de 65 anos
- Distribuído na proporção da população idosa de cada estado e município
- 40% do valor será repassado para serviços intermunicipais e interestaduais
- Será destinado somente para estados e municípios com sistema de transporte coletivo urbano em funcionamento



### Créditos para etanol R\$ 3,8 bilhões

- Auxílio para estados que outorgarem créditos tributários do ICMS para produtores e distribuidores de etanol hidratado
- Pagamento em parcelas mensais
- Distribuído na proporção da participação de cada estado no consumo de etanol hidratado no ano de 2021
- Estados renunciarão ao direito de pedir indenização por perda de arrecadação decorrente dos créditos outorgados
- Valor será livre de vinculações, mas deverá ser repartido com os municípios e entrará no cálculo de receita para efeito de investimento mínimo em educação
- Objetivo é reduzir a carga tributária do etanol para manter diferencial competitivo em relação à gasolina
- Estados ficam autorizados a “zerar” a tributação sobre a gasolina, desde que façam o mesmo para o etanol



### Alimenta Brasil R\$ 500 milhões

- Reforço orçamentário para o programa, que promove compra de alimentos de pequenos produtores e sua destinação para famílias em situação de insegurança alimentar

## Saiba mais

### Fora do teto de gastos

O valor total de aumento de despesas com a PEC das Bondades é calculado em R\$ 41,25 bilhões aos cofres públicos, recurso que será contabilizado fora da regra do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas do governo à inflação registrada no ano anterior. Para garantir os recursos ao pagamento dos novos auxílios e da ampliação dos benefícios sociais já existentes, o governo terá de editar uma medida provisória com crédito extraordinário — recursos do Orçamento da União para despesas que ficam fora do teto de gastos.

manter o texto que está estabelecido na PEC e deixar o prazo desses R\$ 600 até dezembro. Por quê? Porque arrecadamos 25 bilhões na capitalização da Eletrobras, arrecadamos mais R\$ 40 bilhões nos dividendos da Petrobras, além daqueles R\$ 20 bilhões que já estão no orçamento”, discursou o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). “Portanto, estamos aplicando neste socorro emergencial recursos já arrecadados. Para o ano que vem, ainda vamos ter de avaliá-los.”

## Investigação

A Polícia Federal abriu um procedimento preliminar para investigar a pane no sistema de votação da Câmara. Agentes chegaram ao local por volta das 22h de terça-feira e deixaram o local pouco depois das 3h de ontem. A nota da corporação sobre o caso foi lida em plenário, ontem, por Lira. “A área técnica da Câmara verificou instabilidade no sistema de votação remota a partir das 19h. A situação se agravou rapidamente, suspendendo qualquer possibilidade de votação a distância, inclusive com a queda da rede wi-fi”, relatou a PF.

Por sua vez, o presidente da Câmara enfatizou que “foram interrompidos, simultaneamente, os dois links de internet, fornecidos por empresas distintas”. “Trata-se de uma ocorrência grave e sem precedentes. Para assegurar que todos os deputados exerçam seu legítimo direito de voto, foi suspensa a sessão e determinada a investigação imediata das causas e responsabilidades da pane do sistema.”

seria, também, remota. Parlamentares puderam, assim, registrar presença de forma virtual, o que garantiu o quórum. A manobra foi duramente criticada pela oposição. “O fato é que (Lira) mudou a regra do jogo três vezes. (...) Agora, para garantir voto de deputados que não vieram a Brasília e que são aliados do presidente da Câmara, alterou para ser virtual”, reprovoou o deputado Glauber Braga (PSol-RJ). “Isso é uma vergonha! Nem Eduardo Cunha teve coragem de fazer isso”, completou, numa referência ao ex-presidente da Câmara.

O parlamentar disse que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra as manobras do político do PP. “Após suspender a sessão, mesmo sendo contra o regimento da Câmara, ele muda a regra do jogo mais uma vez, dizendo que a votação toda pode acontecer de forma remota. Então, ontem (terça) era híbrida, depois era presencial e, agora, pode ser toda remota novamente? Onde isso vai parar?”, questionou.

Já os governistas aprovaram a postura de Lira. Segundo o deputado Giovani Cherini (PL-RS),

o presidente da Câmara “agiu de forma responsável, porque ontem (terça) ‘hackearam’ o nosso sistema”. “Não sabemos quem foi e não acusamos ninguém. Agora, estão acusando vossa excelência de ter mudado a regra do jogo. Não. Vossa excelência fez o que tinha que fazer. Este país precisa tomar decisões”, destacou, se dirigindo a Lira.

Durante a sessão de ontem, aliados do Planalto apresentaram argumentos em favor da aprovação do texto sem alterações. “A responsabilidade fiscal nos chama, neste momento, a

# Impacto de R\$ 16,3 bilhões no comércio

» ROSANA HESSEL

O efeito do pacote de “bondades” da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2022, que tramitou de forma atropelada no Congresso, deverá ser de curtíssimo prazo e menor do que o volume das medidas de estímulo fiscal previstas, de R\$ 41,2 bilhões. Pelos cálculos do economista Fabio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e

Turismo (CNC), o impacto no comércio será de R\$ 16,3 bilhões, ou seja, perto de 40% do volume de despesas adicionais fora do teto de gastos deste ano.

“Boa parte dos recursos previstos no pacote deve ser canalizada para serviços e pagamento de dívidas, mas o volume não é desprezível e deve ajudar a melhorar as vendas do comércio no curto prazo. Porém, deve piorar o quadro fiscal no ano que vem”, destacou Bentes, em entrevista

ao **Correio**, ao comentar a variação de apenas 0,1% no comércio varejista de maio, divulgada ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “O dado do IBGE é decepcionante, mas, contextualizando o histórico de cinco altas seguidas, é positivo em um cenário de inflação alta e queda da renda dos consumidores”, ressaltou.

O economista da CNC afirmou que está revisando levemente para cima a perspectiva

de crescimento do comércio varejista de 2022. Contudo, reconheceu que as consequências da piora do quadro fiscal provocada pela PEC caem diretamente no bolso do consumidor, pois o Banco Central será obrigado a manter os juros elevados por mais tempo. Atualmente, a taxa básica da economia (Selic) está em 13,25% ao ano e, pelas projeções dos analistas, em agosto, na próxima reunião do

Comitê de Política Monetária (Copom), o BC deverá aumentar novamente, para 13,75%.

“Os juros já estão altos e devem continuar elevados por um período mais longo do que o necessário, anulando os efeitos positivos da PEC na economia. O comércio que depende de vendas a prazo será afetado, pois as famílias continuam com elevado nível de endividamento”, alertou Bentes. “E, se as Selic permanecer nesse patamar de 13,75% até

maio do ano que vem, esse efeito de curto prazo da PEC será anulado pelos juros altos.”

Por sinal, analistas do mercado têm chamado a atenção para os efeitos negativos da PEC na economia e não param de revisar para baixo as previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023. Alguns não descartam recessão no início do próximo ano e maiores riscos para um enorme desequilíbrio fiscal nas contas públicas.